



NOTA DE IMPRENSA [14/09/2011]

NOVO PLANO DE ORDENAMENTO DO PNSACV SEGUE PARA TRIBUNAL

1. Decorreu no passado dia 12 do corrente mês de Setembro, a pedido dos Presidentes dos Municípios do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, uma reunião com a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qual estiveram também presentes os Senhores Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural e Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território;
2. Não obstante a forma cordata, atenciosa e interessada com que fomos recebidos e ouvidos, podemos todavia perceber que a tutela não está, no momento, predisposta a reabrir este processo, (da responsabilidade do anterior Governo) por forma a corrigir as grandes questões estruturais deste plano, disponibilizando-se apenas para pequenos acertos/rectificações de pormenor;
3. De forma séria e responsável, não avançámos até este momento pela via judicial, sem que tivéssemos ouvido o actual Governo;
4. Todavia, face ao vasto número de erros nos pressupostos de facto e de direito que o novo Plano contém, face à violação clara do PROT Algarve e Alentejo, atendendo ao facto de que o actual Plano afecta substancial e substantivamente direitos de propriedade e atinge fortemente as economias sociais locais, violando os princípios de coordenação e ponderação de interesses e identificando errada e grotescamente a ocupação dos solos, os valores naturais em presença e a biodiversidade, não nos resta pois outra alternativa;
5. **Assim, no próximo dia 19 do mês e ano em curso, pelas 11h, dará entrada no Supremo Tribunal Administrativo, em Lisboa, uma Acção Administrativa Especial para declaração da ilegalidade do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 11-B/2011, de 4 de Fevereiro de 2011, contra o Conselho de Ministros do Governo de Portugal.**

6. Sempre afirmámos que **não pactuaríamos fosse com quem quer que fosse, sempre que estivessem em causa os legítimos interesses das populações e o desenvolvimento equilibrado e sustentável do nosso território. Não poderíamos nunca deixar passar em claro um Plano que atenta contra um Turismo Sustentável em espaço rural, que esquece e desincentiva as actividades tradicionais em prol da agricultura altamente intensiva e que ao mesmo tempo protagoniza o abandono do território numa agressão sem precedentes aos valores ambientais e naturais em presença!**

Aljezur, 14 de Setembro de 2011

O Presidente da Câmara Municipal de Aljezur
José Manuel Velhinho Amarelinho

O Presidente da Câmara Municipal de Odemira
José Alberto Candeias Guerreiro

O Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo
Adelino Augusto Rocha Soares